

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

CONSTRUÍDO MORADIA, REFLETINDO IDENTIDADES: INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

Albano Dias Malundo¹

Resumo: Este artigo apresenta a discussão sobre política habitacional no Brasil, na perspectiva da interseccionalidade, a ser apresentado ao III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades. A narrativa histórica da habitação urbana no Brasil reflete desigualdades profundamente enraizadas que moldaram a sociedade ao longo dos séculos, decorrentes de práticas de exploração que remontam aos tempos coloniais. A análise interseccional destaca a importância de considerar a sobreposição de diferentes identidades e experiências individuais para compreender as desigualdades habitacionais. Diante disso, o artigo procura examinar as políticas habitacionais brasileiras a partir de uma perspectiva interseccional, explorando como diferentes grupos são afetados por diferentes formas de opressão de um sistema racista, patriarcal e classista. A metodologia utilizada consistiu numa pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Com esta pesquisa, espera-se que este artigo possa ser difundido não apenas nos anais de eventos científicos, mas também em revistas científicas para que até certo ponto possa criar um espaço de debate sobre a questão habitacional na perspectiva interseccional.

Palavras-chave: Identidade; Habitação; Interseccionalidade; Brasil.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por uma combinação de fatores que expressam as desigualdades enfrentadas por diferentes grupos sociais. Essas desigualdades, em grande parte, resultam da imposição do patriarcado, que “defende que a mulher é naturalmente inferior ao homem, destinada a obedecer-lhe e, por isso, não podia exercer funções de poder [...]”(Garcia, 2011, p. 25), do racismo que resultou na estratificação social, baseada nas características fenotípicas dos grupos, e da cultura capitalista que determinou para que as cidades brasileiras fossem marcadas pela segregação socioespacial, com políticas habitacionais que perpetuam as desigualdades sociais e territoriais (Maricato, 2010).

As políticas habitacionais no Brasil enfrentam uma série de desafios significativos, especialmente em relação às comunidades marginalizadas. A desigualdade no acesso à moradia digna é agravada por fatores como a disparidade econômica, o racismo estrutural e a

¹ Graduado em Geodemografia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. Orcid: 0009-0008-5797-0055. E-mail: malundodias@gmail.com

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

discriminação de gênero. Estes desafios são evidentes tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, onde as condições de habitação inadequadas afetam desproporcionalmente as populações vulneráveis.

A importância das perspectivas interseccionais nas iniciativas habitacionais é crucial para entender como múltiplas formas de opressão – como raça, gênero, classe – interagem para exacerbar a exclusão social e econômica. Abordar essas interseccionalidades é fundamental para a formulação de políticas públicas que promovam a justiça social e a equidade habitacional.

A narrativa histórica da habitação urbana no Brasil reflete desigualdades profundamente enraizadas que moldaram a sociedade ao longo dos séculos, decorrentes de práticas de exploração que remontam aos tempos coloniais. Desde o período colonial, as políticas habitacionais perpetuaram a segregação social e espacial, reforçando as desigualdades sociais e as divisões espaciais nas cidades brasileiras. Essas políticas não apenas marginalizaram populações indígenas e africanas escravizadas, mas também continuaram a empurrar grupos vulneráveis para as periferias urbanas, em condições de extrema precariedade.

Destarte, o artigo examina as políticas habitacionais brasileiras através de uma lente interseccional, explorando como diferentes grupos são afetados por diferentes formas de opressão de um sistema habitacional colonial e patriarcal e inclui a forma em que os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e outros, têm influenciado e moldado essas políticas. Além disso, discute-se a importância da participação comunitária na luta por moradia digna e como essa participação é essencial para a construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Nosso objetivo com esse artigo, além de examinar as políticas públicas habitacionais no Brasil, é de apresentar por meio da perspectiva da interseccionalidade, a exclusão do direito à cidade e habitação digna para as populações marginalizadas sob diferentes formas como raça, gênero e classe.

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

METODOLOGIA

A pesquisa científica é um processo dinâmico e, desenvolve-se por meio de um conjunto de técnicas e procedimentos éticos, e dotado de um certo rigor para que os resultados da pesquisa não sejam contaminados pelo juízo preconcebido. Diante disso, toda pesquisa, sobretudo, aquelas voltadas para as ciências sociais, observam e interpretam fenômenos de uma dada realidade no qual, o investigador busca uma leitura mais atenta dos fatos, com as técnicas e métodos específicos (Goldenberg, 1993).

Foi realizada pesquisa bibliográfica, com ênfase na abordagem qualitativa. A escolha desse tipo de pesquisa e de abordagem justifica-se pela necessidade de discutir o tema a partir da revisão de teses, dissertações, artigos, monografias e outros documentos oficiais. Assim, com interesse de trazer à tona a problemática da habitação, pensamos em discuti-la a partir de uma análise mais complexa, que inclui as diferentes camadas que sobrepõem as populações marginalizadas, apresentadas no conceito de interseccionalidade. A pesquisa envolveu recortes de pesquisas bibliográficas de autores que abordam tanto as questões da moradia quanto da habitação e da interseccionalidade. Como técnicas, foram utilizados dados de fontes secundárias, a partir de pesquisas que abordam a temática em debate neste artigo.

DESIGUALDADES ESTRUTURAIS, HABITAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE

A narrativa histórica da habitação urbana no Brasil reflete desigualdades profundamente enraizadas, que moldaram a sociedade ao longo dos séculos, decorrentes de práticas de exploração que remontam aos tempos coloniais. Desde o período colonial, as políticas habitacionais perpetuaram a segregação social e espacial, reforçando as desigualdades sociais e as divisões espaciais nas cidades brasileiras. Essas políticas não apenas marginalizaram populações indígenas e africanas escravizadas, mas também continuaram a empurrar grupos vulneráveis para as periferias urbanas em condições de extrema precariedade.

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

As primeiras cidades metropolitanas do Brasil foram construídas a partir de um referencial europeu (lê-se branco), que se fundamenta nos princípios culturais do capitalismo e atravessa a subjetividade. As políticas habitacionais no Brasil necessitam de mudanças estruturais bem desafiadoras, que permitem pessoas negras terem acesso às estruturas e circularem livremente nos espaços, sem passar pela suspeição do corpo negro, ou seja, estas populações, além de serem excluídas, são simultaneamente vistas como suspeita, causando dificuldade na circulação livre na cidade. Diante disso, como construir territórios que refletem corpo e memória dos povos negros e indígenas sem afastá-los do direito à estrutura da cidade? A construção de moradia não é apenas uma questão de política, arquitetura ou engenharia, é também uma questão de patrimônio histórico, pois as cidades refletem memórias.

Neste contexto, a implementação de uma democracia participativa após 1988, apesar de trazer uma abertura significativa com gestão participativa, não alterou o panorama da subalternização da população negra e indígena. Todavia, com a ausência da memória territorial das populações excluídas, com maior destaque a população negra, estes povos foram obrigados a se constituir em uma nova forma de organização, como é o caso dos quilombos. A participação comunitária é vista como uma forma relevante de democratização, essencial para enfrentar as desigualdades sócio espaciais. Contudo, a questão do direito à habitação ainda opõe interesses antagônicos entre o proletariado, que busca a reforma urbana e o direito à cidade, e a burguesia, que mantém o funcionamento do sistema capitalista gerador de desigualdades e a conservação de um padrão de cidade que se fundamenta na lógica racial.

A análise interseccional proposta por Crenshaw (1991) e Akotirene (2019) destaca a importância de se considerar a sobreposição de diferentes identidades e experiências individuais, para compreender as desigualdades habitacionais. As interseccionalidades de raça, gênero e classe influenciam profundamente o acesso à moradia digna no Brasil. Mulheres negras, por exemplo, enfrentam uma dupla discriminação que dificulta ainda mais o acesso à habitação adequada. Segundo o IBGE (2019), a maioria das chefes de família em favelas são

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

mulheres negras, evidenciando como as desigualdades de gênero e raça se cruzam para marginalizar ainda mais esses grupos.

As mulheres negras são frequentemente relegadas aos piores empregos e aos piores tipos de moradia. Esse padrão é refletido em programas habitacionais que, historicamente, não abordaram adequadamente essas interseccionalidades. Dados do Programa Minha Casa Minha Vida mostram que, embora o programa tenha beneficiado muitas famílias de baixa renda, as mulheres chefes de família, especialmente as negras, continuam a enfrentar desafios significativos no acesso à moradia, devido a discriminações estruturais persistentes (Krause et al, 2013).

Além disso, as políticas habitacionais contemporâneas precisam considerar outras interseccionalidades, como idade, orientação sexual e deficiência. A Lei nº 14.620, de 2023, que instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida, incluiu novas interseccionalidades para priorizar grupos vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência, vítimas de violência doméstica e povos tradicionais e quilombolas. Essa inclusão reflete um compromisso maior com a justiça social e a inclusão, embora desafios significativos permaneçam na implementação efetiva dessas políticas.

Diante disso, entendemos que o confinamento das populações negras em senzalas e cortiços foi uma ação que visava invisibilizar esse grupo nas cidades, e essa ação só foi possível devido ao silêncio das instituições. Como considera Munanga (2015, p. 123), após “a III conferência Mundial da ONU de 2001[...] os responsáveis do país pareciam viver com a consciência tranquila, segundo o ideal do mito de democracia racial que apresenta o Brasil como um paraíso racial, isto é, um país sem preconceito e discriminação raciais”. De fato, esses discursos, que se fundamentam no mito da democracia racial, afastaram o interesse de uma política, estagnado o país a viver por muito tempo sem leis protecionistas.

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

ACESSO À INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

As políticas de habitação no Brasil, embora representam marcos importantes, ainda deixam evidentes as profundas desigualdades no acesso à infraestrutura básica e aos serviços públicos essenciais. Estas desigualdades, enraizadas em uma história de marginalização socioeconômica, têm afetado desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis, especialmente mulheres e pessoas negras. A análise das barreiras interseccionais que impedem acesso a esses serviços revela uma complexa interação entre raça, gênero e classe.

De acordo com Ribeiro e Scarano (2020, p. 179), “existe parcela da população que possui acesso à vida urbana e, portanto, à liberdade de acesso àquilo que a infraestrutura das cidades oferece”. Esta parcela é, em termos estatísticos, uma porcentagem reduzida que concentra em suas mãos a riqueza. O modelo de cidade-empresa que se instalou por meio do sistema capitalista, transforma o espaço urbano e as acentuadas desigualdades que se manifestam diariamente na vida social, ampliando as condições adversas de habitação para as populações marginalizadas.

Pensar políticas públicas, necessariamente deve-se considerar as desigualdades sociais que são influenciadas pelos conflitos entre os diferentes agentes de produção do espaço urbano, com um olhar voltado para as intersecções que permeiam a vida da classe trabalhadora periférica dentro de um sistema patriarcal, ou seja, pela tríade basilar do método de abordagem interseccional, classe, raça e gênero.

A importância dessa abordagem dá-se na medida em que “os grupos mais vulneráveis, isto é, aqueles posicionados nessas intersecções marcadas por múltiplas opressões, são atingidos pelo intenso fluxo de tráfego em todas as vias de forma a gerar colisões simultâneas” (Jesus, 2023, p. 300). As disparidades econômicas exacerbam as dificuldades de acesso à infraestrutura e serviços habitacionais. As comunidades de baixa renda, muitas vezes concentradas em áreas periféricas das cidades, enfrentam carências significativas de infraestrutura básica, como água potável, saneamento e eletricidade confiável. Além disso, a falta de investimento em transporte

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

público acessível dificulta ainda mais o acesso a oportunidades econômicas e sociais (Catalá; Carmo, 2021).

O direito à cidade envolve não apenas o acesso aos recursos urbanos, mas também a transformação do espaço com base nas necessidades coletivas, como argumenta David Harvey (Giacobbo; Cruz, 2017, p. 8-9). Entretanto, o processo de urbanização no Brasil historicamente se deu de forma desigual, agravado pela falta de interseção entre o Estado, a burguesia e o proletariado. Machado (2012, p. 3) observa que, espaço “até 1940, as duas maiores cidades do país (São Paulo e Rio de Janeiro), tinham populações equivalentes a 1 milhão de habitantes, na medida em que crescia a cidade metrópole; as populações negras de baixa renda foram afastadas e obrigadas a construir em cortiços, cômodos de aluguel e vilas operárias que mais tarde foram transformados em favelas. A marginalização e segregação urbanas intensificaram-se na década de 1950, com grandes mobilidades urbanas buscando avanços e modernidade (Maricato, 2003, p. 151).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A gestão urbana contemporânea, fundamentada na democracia participativa, é resultado de um processo de democratização iniciado em 1988. Antes deste período, o Brasil vivia sob um modelo de gestão centralizado durante a ditadura civil e militar, que “[...] sobrepunha os seus atos ao consentimento dos cidadãos [...]” (BRASIL, 2001, p. 205). A promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou o fim da centralização político-institucional e fiscal, estabelecendo um sistema de gestão mais democrático, participativo e inclusivo.

A história da habitação urbana no Brasil é também a história de exploração e opressão, onde as políticas habitacionais perpetuaram e amplificaram desigualdades sociais e espaciais. Nos tempos modernos, a ideia de acesso universal a bens e serviços públicos buscava criar uma cidade inclusiva. No entanto, as políticas habitacionais frequentemente falham em atender às necessidades das populações mais vulneráveis, exacerbando as desigualdades existentes.

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

Durante a industrialização e a urbanização no século XX, políticas habitacionais higienistas foram implementadas para esconder as populações negras e indígenas da nova sociedade urbana. Programas habitacionais, como o Banco Nacional de Habitação (BNH) e, mais recentemente, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), muitas vezes priorizaram as classes médias, agravando a exclusão dos mais pobres (Maricato, 2018).

As cidades, assim como o território, são espaços comuns, apropriados e produzidos por todos. Nesse sentido, o direito à cidade assim como a moradia (lê-se habitação) tem seu fundamento jurídico internacional na carta dos direitos fundamentais do homem, reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Para tanto, apesar do seu cunho jurídico institucional e internacional, o direito à habitação ainda é restringido a muitas populações.

Ainda que durante os anos 1990, debates do planejamento urbano tenham se debruçado sobre as questões de gênero, estes se pautaram a partir de um viés de desenvolvimento econômico das mulheres pobres, partindo de uma lógica capitalista que tomava as mulheres como um “recurso não aproveitado” pela sociedade e que, ainda que tenha gerado avanços como “a titularidade feminina da propriedade; a revisão dos horários de funcionamento de serviços públicos para compatibilizá-los aos horários das famílias em que todos trabalham; e aumentar a produtividade, competitividade e valorização cultural dos trabalhos tradicionalmente femininos” (Santoro, 2023, p. 4), não considerou diversos fatores que passariam a dificultar ainda mais a vida dessas mulheres.

Posicionamos favoráveis aos avanços de direitos, principalmente econômicos e de acesso ao trabalho produtivo remunerado das mulheres, contudo, o olhar capitalista de desenvolvimento econômico colocado sobre as mulheres não levou em consideração fatores de que as mulheres brasileiras, em busca desse próprio desenvolvimento econômico, estariam fadadas a jornadas duplas extremamente desgastantes, com o trabalho produtivo (remunerado), trabalho reprodutivo (geralmente doméstico e não remunerado) em que a criação dos filhos e

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

cuidados com os idosos da família, dentre outros, somados a uma nova estrutura familiar monoparental cada vez mais comum, em que essas mulheres ocupam o papel de chefe de família, em concomitância com as dificuldades de aperfeiçoar os estudos para uma competição menos desleal em um mercado de trabalho que também está pautado pela mesma tríade, capitalismo, patriarcalismo e racismo mencionada anteriormente, não foi levado em consideração durante esse novo planejamento urbano que dizia “incluir” as mulheres nesse processo.

Não temos, de maneira alguma, a intenção de diminuir a importância de políticas públicas de habitação a partir das desigualdades de raça e classe, mas sim de contribuir para a expansão do debate, agregando a interseccionalidade de gênero com relação ao direito à habitação e planejamento urbano, tendo em vista que as mulheres, principalmente as negras, são as mais afetadas devido às suas interseccionalidades.

Para obtermos uma visão geral de como as infraestruturas urbanas brasileiras de áreas periféricas e/ou áreas habitacionais ocupadas pelas pessoas de renda mais baixa sofrem com inadequações, baseamos-nos no estudo de Catalá e Carmo (2021) que analisou dados quantitativos do Censo Demográfico do IBGE de 2010 das Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Os dados do IBGE indicam que menos de 95% das habitações nas principais regiões metropolitanas possuem abastecimento de água, saneamento adequado, coleta regular de lixo e energia elétrica confiável (Catalá; Carmo, 2021). Essas carências são especialmente agudas em áreas periféricas e assentamentos informais, onde vivem predominantemente mulheres negras, que enfrentam não apenas a falta de infraestrutura, mas também insegurança e violência.

As inadequações nas infraestruturas urbanas das Regiões Metropolitanas de algumas das capitais brasileiras são uma representação de como regiões periféricas de grandes centros urbanos cresceram desordenadamente, sem intervenções do estado, tal como o manutenção dessas inadequações, constatada pelo penúltimo Censo Demográfico realizado, aponta para a

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

forma como as elites que habitam as centralidades dessas capitais são priorizadas em detrimento da classe pobre trabalhadora que vive às margens dessas centralidades urbanas.

A precariedade das condições de vida em áreas periféricas limita as oportunidades econômicas e educacionais, e coloca em risco a saúde e segurança das pessoas. A falta de iluminação pública, transporte inadequado e a violência são problemas recorrentes. Silva (2023) revela que as mulheres negras em Recife, por exemplo, enfrentam mobilidade urbana em condições inseguras, com riscos constantes de violência física e sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo destaca que a interseccionalidade entre raça, gênero e classe é fundamental para compreender as desigualdades nas políticas habitacionais no Brasil. A análise mostrou que a participação comunitária, o empoderamento e o acesso a serviços básicos desempenham papéis cruciais na promoção de políticas habitacionais mais justas e inclusivas.

As políticas habitacionais no Brasil necessitam de mudanças estruturais desafiadoras que permitem às pessoas negras o acesso às estruturas e de circularem livremente nos espaços sem passar pela suspeição do corpo negro, ou seja, estas populações, além de serem excluídas são simultaneamente vistas como suspeita, causando dificuldade na circulação livre na cidade.

No contexto da produção deste artigo, as principais dificuldades enfrentadas incluíram a obtenção de dados sobre o déficit habitacional e a evidência de pesquisas que problematizam as políticas habitacionais sob uma perspectiva que inclui raça, gênero e classe.

Recomenda-se que futuras políticas habitacionais adotem uma abordagem interseccional mais robusta, garantindo que as vozes das comunidades marginalizadas sejam ouvidas e que suas necessidades específicas sejam atendidas. Pesquisas futuras devem focar em como implementar efetivamente essas abordagens interseccionais em diferentes contextos urbanos e rurais.

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Pólen Produção Editorial, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 jul. 2001

CATALÀ, L. S.; CARMO, R. L. O conceito de aglomerado subnormal do IBGE e a precariedade dos serviços básicos de infraestrutura urbana. R. bras. Est. Pop., v.38, 1-24, e 0154, 2021.

CRENSHAW, Kimberle Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve historial do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2011.

GIACOBBO, E.; CRUZ, A. V. O impasse da política urbana e o direito à cidade: O desafio dos governos locais na definição e fiscalização da função social da propriedade urbana, 2019.

Goldenberg, Sul. Orientação normativa para elaboração e difusão de trabalhos de pesquisa. Acta Cir Bras. p. 1-10, 1993.

JESUS, Likes Edson Silva de direito à cidade e interseccionalidade: notas teóricas sobre a desigualdade e as contradições socioespaciais. Diké (UESC), v. 22, n. 22, p. 319-334, Edição Especial. 2023.

KRAUSE, Cleandro et al. Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2013. (Texto para discussão, ISSN 1415-4765).

MACHADO, G. G. L. Cidadania, **Reconhecimento e Movimentos Sociais:** Movimento sem-teto e acesso à cidade. 2012.

MARICATO, Ermínia. A nova Política Nacional de Habitação. 2018. Disponível em: <https://www.labhab.fau.usp.br/publicacoes/a-nova-politica-nacional-de-habitacao/>. Acesso em: 20 maio 2024.

MARICATO, Erminia. **Metrópole, legislação e desigualdade,** 2003, p. 151-167.

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

 27 a 29 de novembro

 Evento online

 even3.com.br

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: **Brasiliense**, 1942.

RIBEIRO, C. J. SCARANO, R. C. V. **Participação popular e produção de políticas de habitação**: Os casos de Porto Alegre e São Paulo, Londrina, 2020, p. 178-196.

SILVA, M. M. **A questão urbana e injustiças territoriais**: a (in)mobilidade das mulheres negras nas cidades. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2023.